

**NOÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA: DIÁLOGOS, REFLEXÕES, INTERLOCUÇÕES.** Michele G. Bredel de Castro, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. [michelebredel@gmail.com](mailto:michelebredel@gmail.com)

**Resumo:** Nunca se deu tanta atenção aos estudos da criança e da infância. O que é a infância afinal? As respostas a estas questões variam conforme a concepção que se tem delas. Para alguns é uma fase da vida onde reina a fantasia e a liberdade. Outros ainda consideram a infância como uma fase em que a criança vai ser preparada para o futuro. Partindo destas interrogações esta comunicação tem como proposta discutir a evolução do conceito de criança e infância a partir de uma perspectiva sociológica. Definiu-se como metodologia uma pesquisa teórica em consonância com os estudos já realizados no projeto de pesquisa desenvolvido no doutorado em educação pela Universidade Federal Fluminense, que têm como foco investigativo questões relacionadas à formação de professores atuantes na educação infantil. Tomou-se como referencial teórico os estudos de Goulart (2002), Quinteiro (1989, 2002, 2005), Pinto, (1997), Sarmiento (1997, 2004).

**Palavras-chaves:** infância, concepção de infância, sociologia da infância, educação infantil.

**Seminário do 16º COLE vinculado:** 13

## NOÇÃO DE CRIANÇA E INFÂNCIA: DIÁLOGOS, REFLEXÕES, INTERLOCUÇÕES

*Michele Guedes Bredel de Castro*<sup>1</sup>  
Doutoranda em Educação da  
Universidade Federal Fluminense

Nunca se estudou tanto a infância. Nunca se deu tanta atenção aos estudos da criança. Mas, o que é ser criança? O que é a infância afinal? Quem é a criança hoje? Como se constitui a infância atualmente? As respostas a estas questões variam conforme a concepção que se tem delas. Para alguns é uma fase da vida onde reina a fantasia e a liberdade. Para outros, a infância é uma etapa da vida onde a criança é considerada um adulto em miniatura. Outros ainda consideram a infância como uma fase em que a criança vai ser preparada para o futuro.

Verifica-se que na atualidade, as discussões sobre a infância e a criança está sendo retomada e discutida por pesquisadores e estudiosos de várias partes do mundo, nas mais diversas áreas, historiadores, antropólogos, sociólogos, psicólogos, educadores, dentre outros, portanto depreende-se que a infância se constitui um campo emergente de estudos e uma temática de natureza multidisciplinar.

Partindo das indagações postas nas primeiras linhas deste ensaio esta comunicação tem como proposta discutir a evolução do conceito de criança e infância a partir de uma perspectiva sociológica. Definiu-se como metodologia uma pesquisa teórica em consonância com os estudos já realizados no projeto de pesquisa desenvolvido no doutorado em educação pela Universidade Federal Fluminense, que têm como foco investigativo questões relacionadas à formação de professores atuantes na educação infantil. Tomou-se como referencial teórico os estudos de Goulart (2005), Quinteiro (1989, 2002, 2005), Pinto, (1997), Sarmiento (1997, 2004).

Segundo Pinto e Sarmiento (1997, p. 33):

Quem quer que se ocupe com a análise das concepções de criança que subjazem quer ao discurso comum quer à produção científica centrada no mundo infantil, rapidamente se dará conta de uma grande disparidade de posições. Uns valorizam aquilo que a criança já é e que a faz ser, de facto, uma criança; outros, pelo contrário, enfatizam o que lhe falta e o que ela poderá (ou deverá) vir a ser. Uns insistem na importância da iniciação ao mundo

---

<sup>1</sup> [michelebredel@gmail.com](mailto:michelebredel@gmail.com)

adulto; outros defendem a necessidade da proteção face a esse mundo. Uns encaram a criança como um agente de competências e capacidades; outros realçam aquilo de que ela carece.

Quando falamos de infância muitas vezes nos deparamos com concepções que desconsideram que os significados que damos a ela dependem do contexto no qual surge e se desenvolve e também das relações sociais nos seus aspectos econômico, histórico, cultural e político, entre outros, que colaboram para a constituição de tais significados e concepções, que, por sua vez, nos remetem a uma imagem de criança como essência, universal, descontextualizada ou então, nos mostram diferentes infâncias coexistindo em um mesmo tempo e lugar.

Portanto, ao se buscar uma resposta para a questão sobre a infância e a criança, é necessário uma contextualização sobre a época em que a resposta vai se embasar, e quais referências vão ser usadas para descrever tal conceito, incluindo a classe social e a raça. Porque ser criança na sociedade contemporânea é muito diferente de ser criança nos períodos históricos anteriores.

Para Postman (1999), a idéia de infância passou por várias etapas, desde não ter uma palavra para defini-la até a descrição detalhada de suas características. Ele também aborda, ao debater o histórico da infância, que as melhores histórias produzidas, sobre qualquer coisa, são feitas quando seus conceitos estão em declínio e provavelmente uma nova fase está se formando. Fato que está ocorrendo com a noção de infância, não propriamente pelo seu desaparecimento, mas pela mudança das referências usadas para conceituá-la. Dentro desta perspectiva, o autor aponta para uma crise no conceito de infância. Ele ainda ressalta que a "cultura" infantil ganhou uma nova conotação na sociedade contemporânea, alterando, inclusive, características próprias como a vestimenta, a alimentação, a linguagem e as brincadeiras.

Para Silveira (2000), a definição de infância está ligada à ótica do adulto, e como a sociedade está sempre em movimento, a vivência da infância muda conforme os paradigmas do contexto histórico. Dessa forma, a dimensão da construção de uma concepção de infância pelos intelectuais nos leva a uma questão: os formuladores de uma concepção de infância são, em sua maioria, os adultos. Dessa forma, pensar a infância pode ser buscar algumas evidências articuladas à família e, também, no mundo moderno, à escola.

Outra abordagem feita pela mesma autora é a importância da criança dentro de uma comunidade, enfatizando que esta varia conforme o período em que ela está inserida, seus direitos e interferências. Assim, cada período imprime na infância uma significação mais ou menos vinculada às condições sociais e não apenas a sua condição de ser vivente e biológico. Num enfoque da atualidade, a autora coloca que através dos meios de comunicação e de sua narrativa, as crianças e os adultos "aprendem" o que é ser criança e o que devem consumir para isto. Desta forma, tem-se a influência de um artefato social na construção da significação da infância.

Parafraseando a autora, posso dizer que não existe uma única concepção de infância com um desenvolvimento linear, progressivo. Essas concepções se apresentam de várias maneiras e estão diretamente relacionadas às classes sociais, bem como de acordo com o tempo e o espaço em que foram geradas.

Faz-se necessário lembrar que as definições de infância podem tomar diferentes formas de acordo com os referenciais que tomamos para concebê-las. A palavra *infância* evoca um período da vida humana. No limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que poderíamos chamar da construção/apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e sinais destinados a *fazer-se ouvir*. O vocábulo *criança*, por sua vez, indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo.

Segundo o Dicionário Aurélio por exemplo, criança é ser humano de pouca idade. No mesmo dicionário, a infância está definida como um período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento até a puberdade. Na sua origem etimológica, o termo “infância em latim é *in-fans*, que significa sem linguagem. No interior da tradição filosófica ocidental, não ter linguagem significa não ter pensamento, não ter conhecimento, não ter racionalidade. Nesse sentido a criança é focalizada como um ser menor, alguém a ser adestrado, a ser moralizado, a ser educado. Alguém que na concepção de Santo Agostinho, é pecaminoso, que provém do pecado – pecado da união dos pais – “e que em si mesmo deve ser considerado pecaminoso pelos seus desejos libidinosos, pois para Santo Agostinho, a racionalidade, como dom divino, não pertence à criança...” (GALZERANI, 2002, p. 57) Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) define “a criança como a pessoa até os 12 anos de idade incompletos”. Desse modo, o significado genérico da infância está diretamente ligado às transformações sociais, culturais, econômicas, etc. da sociedade de um determinado tempo e lugar, que possui seus próprios sistemas de classes, de idades e seus sistemas de status e de papel social.

Em relação às fases específicas da vida, tomando como referência as idades, Oliveira (1989), ao analisar na obra de Ariès as especificidades da infância no seu processo de historicização, chama a atenção para a noção moderna de idade que esse autor constata nos registros de colégios, em memórias e retratos dos séculos XVI e XVII, como símbolo de autenticidade e exatidão. Porém, para Ariès esse tema não constituía o foco central da sua análise, pois seu interesse era “perceber como as idéias imbricadas nas idades ganharam o cotidiano e aí arranjam significados”. As idades representadas nos documentos e fontes iconográficas tinham como referência as “idades da vida”, baseadas num “estatuto de categoria científica no sistema de descrição e explicação física dos antigos - século VI a. C.” (OLIVEIRA, 1989, p. 78)

Conforme Oliveira (1989), nesse sistema de descrição, as idades se apresentavam em número de sete, uma referência ao número de planetas, cada idade com duração de sete anos, descritas da seguinte forma: “infância, puerícia, adolescência, juventude, senectude, velhice e senius”. A autora traz uma citação da descrição de idades feita por *Le Grand Propriétaire* (Apud OLIVEIRA, 1989), que descreve a fase da infância como:

[...] a primeira idade que planta os dentes, essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizia Isidoro e Constantino (OLIVEIRA, 1989, p. 80)

Entretanto, outras periodizações buscavam outras referências, mas sempre relacionadas à natureza. Havia uma periodização com quatro fases, que correspondiam às quatro estações do ano – utilizada, por exemplo, por Comenius – outra, com doze fases, correspondente aos doze signos do zodíaco, que, de acordo com Ariès, foi muito popularizada em cenas de calendário na Idade Média ou em poemas dos séculos XIV, XV e XVI.

É notório que a lógica dessas periodizações está enquadrada num sentido da infância como algo que se define nos limites da espécie, representando dessa forma uma categoria simples, baseada essencialmente em fatores naturais ou biológicos. De acordo com essa lógica, as periodizações descritas na época figuram as representações sociais de uma infância entendida como um *fenômeno universal*, pois todos os homens têm infância; um *fenômeno natural*, por ser a infância parte de um ciclo vital; e um *fenômeno eterno*, que não cessa enquanto existirem homens. “Nesta mesma hipótese procede defender que os homens da época não estavam, decerto, preocupados nem em teorizar sistematicamente sobre a criança, nem sobre a lógica com que se pode apreender e representar sua condição” (OLIVEIRA, 1989, p. 84).

Trazer esses dados de temporalidade, cujas fronteiras são bastantes instáveis, mais do que expressar as diferentes representações da infância a partir do dado etário é mostrar, a partir da definição de Narodowski (2001, p. 38), que a idade figura no discurso pedagógico moderno como “a mágica palavra [que] passa a constituir o eixo observável e quantificável sobre o qual se posiciona boa parte da produção a respeito do normal e do patológico e do correto e incorreto no que se refere aos esforços didáticos”.

A infância assim descrita inscreve-se como *condição da criança* (KUHLMANN JR, 1998), ainda que sob referências naturais e universais, uma condição social e historicamente construída. Charlot (1986, p. 108), ao estudar a infância tendo como base uma perspectiva social, mostra-nos que “a imagem de criança assume, nos sistemas filosóficos e pedagógicos, as dissimulações do aspecto social dessas contradições, por trás de considerações morais e metafísicas”. Para este autor “a representação da criança é socialmente determinada, uma vez que exprime as aspirações e as recusas da sociedade e dos adultos que nela vivem”; não é a infância, a partir desta perspectiva, um dado natural (ainda que do ponto de vista

biológico a infância se constitua em um fato natural) e sim um dado social, historicamente construído a partir dos interesses sociais, econômicos, culturais, políticos ou outros de uma dada sociedade, num determinado tempo e lugar.

Diante dessa perspectiva, as discussões em torno da infância encontram nos estudos de Áries<sup>2</sup> (1978) – historiador francês que, por meio de pesquisa iconográfica, descortinou a história social da infância no continente europeu – elementos que mostram que a “descoberta” da infância, ou seja, a “consciência” da particularidade infantil, a especificidade da criança ou aquilo que a diferencia do adulto teve seu início quando a posição da criança como ser relativamente considerado apareceu na história da arte e da iconografia dos séculos XV, no final do século XVI e em todo o século XVII, no contexto europeu (ainda que sob a influência do sentimento religioso, por meio de figuras de crianças representadas como anjos).

De acordo com Ariès (1978), a ausência de representações da vida da criança, que ocorre até a Idade Média, tem como motivo o desinteresse por uma fase da vida que se mostrava tão instável e ao mesmo tempo representativa. Em outras palavras, este aparente desinteresse pela infância era resultado das altas taxas de mortalidade infantil, porém as taxas de natalidade também se mostravam elevadas. Seus estudos demonstram que os séculos XV e XVI vão apresentar uma “iconografia leiga”, oposta à religiosa, que representa cenas da vida cotidiana, na qual a criança aparece na presença dos adultos em diferentes situações. E entende que essa inserção da criança é um anúncio do sentimento moderno de infância. No século XVI, as crianças também eram retratadas mortas, esculpidas nos túmulos, acompanhadas dos pais e irmãos, indicando uma outra visão a respeito da criança que morre cedo e anunciando que a criança começava a sair do anonimato mesmo sob as mesmas condições demográficas.

Nesse momento, Ariès (1978) identificava a coexistência entre sentimentos de indiferença e insensibilidade em relação à criança e um sentimento novo em relação à infância: as principais críticas à obra de Ariès se referem basicamente aos limites metodológicos e a uma visão linear da história. Assim, Narodowski (2001, p. 56-57) afirma que,

valendo-se de diferentes campos e disciplinas, Bruce Bellingham (1988), Adrian Wilson (1980) e o próprio Flandrin (1963) ressaltam os problemas metodológicos mais importantes no que diz respeito ao tratamento das fontes iconográficas, as certas inferências não muito consistentes e de caráter

---

<sup>2</sup> É importante salientar que algumas críticas podem ser feitas ao trabalho de Áries (1981). Ao considerar esse interesse pelas crianças e o “surgimento da infância” ele o faz segundo uma visão Ocidental. Uma leitura simplificada de sua obra pode nos levar a concluir que é na Europa onde surge esse sentimento pela infância, desconhecendo a existência da diversidade de culturas vividas fora deste continente. É preciso atentar para o fato também de que ele considera “a” infância, e não “uma” infância diante da multiplicidade de diferentes formas de vivê-la.

anacrônico e à mutação da primeira à segunda edição de *L' enfant et la vie familiale...*

Recentemente Franco Cambi (1999) abordou inclusive essa complexa problemática no referente a suas conseqüências para a pedagogia.

É importante destacar também que o aparecimento desse sentimento a que se refere Ariès ocorre porque “[...] as novas formas de tráfico comercial e produção mercantil eclodem na Europa em fins da Idade Média, uma nova forma de ação sobre os mais jovens começa muito lentamente a se perfilar e assim se constitui um outro modo de relacionamento entre as faixas sociais etariamente diferenciadas” (NARODOWSKI, 2001, p. 27)

Nesse contexto de mudança, a infância passava a ocupar um lugar social diferente: enquanto na Idade Média a criança vivia *misturada* aos adultos, não havendo, inclusive, diferença quanto a vestimentas, jogos, atividades, aprendizagens e até mesmo em relação ao trabalho, era vista como um *pequeno adulto*; gradativamente ela foi sendo valorizada em si mesma, mas a partir de uma visão que considerava a infância como a idade da imperfeição.

A infância deixa de ocupar seu lugar de resíduo da vida comunitária, como parte de um grande corpo coletivo. Agora a criança começa a ser percebida como um ser inacabado, carente e, portanto, individualizado, produto de um recorte que conhece nela a necessidade de resguardo e proteção. (NARODOWSKI, 2001).

O próprio Ariès (1978) descreveu posturas frente à criança que ao longo dos séculos foram inspirando práticas e instituições – como o colégio, que, movido pela instituição da disciplina, fortaleceu o interesse psicológico e a preocupação moral em relação à criança. Se no primeiro sentimento – a paparicação – os defeitos da criança são objetos de hilaridades [merecendo complacências], no segundo [a moralização] merecem correção. Se a imperfeição da criança devia ser corrigida, nada melhor para isto do que a disciplina, a severidade (OLIVEIRA, 1989).

As imagens da criança e da infância produzidas pelas ciências humanas evidenciam sua variação histórica e cultural como elemento de regularidade em todas as sociedades ocidentais (Vilarinho, 2000); em outras palavras, a idéia de infância, como defende Ariès (1978), é uma construção social moderna.

Uma síntese possível e aproximada das imagens da infância moderna como tentativa de mapeamento da evolução histórica da infância é apresentada por Soares (2001), com base no estudo de Hendrick sobre a infância inglesa (de 1800 até os dias atuais), no qual se evidencia a variabilidade do conceito de infância por meio da identificação de diferentes concepções de criança que foram sendo construídas pela sociedade inglesa ao longo dos séculos XIX e XX. Assim, com fortes influências rousseauianas surge, no século XVIII, a concepção romântica de criança, que resulta de uma dualidade de posições, assumidas, por um lado, nas perspectivas pessimistas características do protestantismo, e, por outro lado, na valorização do bem, da inocência, que encontrou nos trabalhos de Rousseau a principal inspiração. Neste caso a vitória do bem sobre o mal resultou numa

concepção que valorizava fundamentalmente a inocência e naturalidade da criança e acentuava assim o seu caráter romântico.

Da Revolução Industrial nasceu a criança operária, potencial vítima das transformações econômicas, sociais e familiares impulsionadas pela referida revolução. A sua mão de obra era aproveitada e assumia-se muitas vezes como fundamental na manutenção econômica do agregado familiar. A criança operária somente adquiriu visibilidade social quando os movimentos filantrópicos iniciaram campanhas de denúncia e sensibilização relativas às condições sub-humanas em que estas crianças sobreviviam. Dos movimentos filantrópicos torna-se visível, em meados do século XIX, uma nova concepção de criança: a criança delinqüente. Elas assumem-se como o rosto visível das deficiências de uma precoce escola da vida, assumida pela fábrica. É importante lembrar que a infância à qual se refere Ariès (1978) é caracterizada a partir de referenciais sociais, econômicas e de classe determinados, não correspondendo à totalidade das experiências de infância vividas pelas crianças daquela época.

Como adverte Kuhlmann Jr. (1998, p. 21) “[...] para Cambi e Olivieri, a transformação que se observa em relação à infância não é linear e ascendente, como a descreve Ariès. [...]”. A realidade social da infância resulta decididamente mais complexa: primeiramente, articulada em classes, com a presença de ao menos três modelos de infância convivendo ao mesmo tempo; de outro lado, é um percurso que vai da codificação do cuidado à mitificação da infância precoce, e relativa autonomia que estas crianças operárias adquiriam, o prematuro abandono a si próprias, resultava muitas vezes em situações de vadiagem e delinqüência e contribuiu assim para que mais uma nova concepção de criança torna-se socialmente visível.

Durante os séculos XVIII e XIX, com os contributos médicos e psicológicos, surge uma nova concepção de criança: a criança médico-psicológica. Ela é o resultado de graduais e significativos investimentos na preocupação de obter respostas científicas acerca do desenvolvimento infantil.

Com o desenvolvimento em fins do século XVIII, da escola pública, surge também uma outra concepção de criança: a criança aluna. Que surge na contracorrente da criança delinqüente, à luz de tendências de socialização que acentuam a escola como um dos principais meios de moralizar as crianças e evitar a reprodução de comportamentos desviantes e perturbadores da ordem social. A escola surge assim como a principal fonte de socialização e uniformização, ao impor um padrão universal de saberes e comportamentos, assumindo-se ao mesmo tempo como meio fundamental de prevenção e moralização das classes populares.

Como resultado dos investimentos feitos nas áreas da saúde, da prevenção social e da educação, aparece em fins do século XIX e inícios do XX (1880-1918), uma nova concepção de criança – a criança bem estar, em relação à qual se organizam serviços específicos e especializados no sentido de atender às suas necessidades específicas. Durante a primeira década do século XX, a infância era alvo de interesse e definição de campos muito específicos como a medicina, a psicologia, sendo, no entanto o investimento e o contributo dado pela psicologia que



mais influenciava as posturas e atitudes para com as crianças, resultando daí uma outra concepção: a da criança psicológica.

No período compreendido entre as duas Grandes Guerras, surge uma dupla concepção de criança: a criança da família e a criança pública. Esta dupla concepção resultou das constatações relacionadas com a influência das contingências sociais e econômicas na qualidade da atenção dada às crianças. As conseqüências negativas advindas dos períodos de guerra e pós-guerra conduziram a situações em que as crianças eram privadas do contacto com os pais, fosse este alongado devido à sua evacuação de zonas de guerra, ou temporário devido ao seu afastamento das mães enquanto estas trabalhavam. Esta privação veio, por um lado, tornar visível a importância que os laços familiares, a vinculação, têm no desenvolvimento da criança, e por outro lado, a organização de diferentes respostas a estes problemas atribuindo-lhe uma dimensão pública (SOARES, 2001).

Tais concepções, no entanto, não devem representar a generalização do entendimento do modo como as crianças viveram suas infâncias; sendo a própria infância uma construção social, precisamos estar atentos não só às especificidades das vivências das crianças concretas de diferentes classes sociais, gênero, etnias, etc., como também à heterogeneidade da infância, que, de acordo com determinados aspectos espaço-temporais, produz diferentes infâncias.

Há inúmeros estudos que resgatam as concepções de infância na história da humanidade (Ariès, 1981; Charlot, 1983; Snyders, 1984; Sarmiento e Pinto, 1997). De forma geral, esses estudos esclarecem que crianças sempre existiram desde os primeiros registros históricos. Mas o sentimento de infância, de preocupação e investimento da sociedade e dos adultos sobre as crianças, de criar formas de regulação da infância e da família são idéias que surgem com a modernidade. Estudiosos do campo da sociologia da infância têm afirmado que a infância enquanto categoria social é uma idéia moderna (Sarmiento, 1997; 2004).

Os estudos contemporâneos, nos quais podemos citar os realizados pela sociologia da infância, trazem como tese principal o fato de que as crianças participam coletivamente na sociedade e são dela sujeitos ativos e não meramente passivos. Ou seja, trazem uma proposta de estudar a infância por si própria, rompendo com o adultocentrismo, entendendo a criança como um ser social e histórico, produtora de cultura.

E ainda, tem buscado evidenciar a presença de uma diversidade de infâncias, recusando uma concepção uniformizadora desta: “as crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças” (SARMENTO, 2004, p.10).

No Brasil temos um longo caminho a percorrer, no que se refere às pesquisas sobre as crianças, suas experiências e culturas. O campo da sociologia da infância tem nos ensinado que as crianças são atores sociais porque interagem com as pessoas, com as instituições, reagem frente aos adultos e desenvolvem estratégias de luta para participar no mundo social. Mesmo assim, ainda necessitamos construir

referenciais de análise que nos permitam conhecer estes atores sociais que nos colocam inúmeros desafios, seja na vida privada ou na vida pública.

## Referências Bibliográficas

- ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13/7/90.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. (Tradução Álvaro Lorencini). São Paulo: NESP, 1999.
- CHARLOT, Bernard. **A mistificação pedagógica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart *et al.* **Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças**. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Imagens entrecruzadas de infância e de produção de conhecimento histórico me Walter Benjamin. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart *et al.* **Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças**. São Paulo: Autores Associados, 2002.
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- NARODOWSKI, M. **Infância e poder**: conformação da Pedagogia Moderna (trad. Mustafá Yasbek) Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- PINTO, Manuel. A infância como construção social *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. **As crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.
- POSTMAN, Neil. **O Desaparecimento da Infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- QUINTEIRO, Jucirema. **Infância e Escola**: uma relação marcada por preconceitos. 2000. Campinas: UNICAMP. (Tese de Doutorado em Educação) Filosofia da Educação, 1989.
- QUINTEIRO, J. Sobre a Emergência de uma Sociologia da Educação: contribuições para o debate. **Perspectiva** - Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, v. 20, p. 137-162, 2002.
- QUINTEIRO, Jucirema. Infância e educação no Brasil.. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart *et al.* **Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças**. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. **As crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade**. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). **Crianças e Miúdos. Perspectivas sociopedagógicas sobre infância e educação**. Porto. Asa, 2004.
- SILVEIRA, Jacira Cabral da. **Infância na Mídia: sujeito, discurso, poderes**. (Dissertação de Mestrado) Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000.
- SYNDERS, Georges. **Não é fácil amar nossos filhos**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

SOARES, Natália Fernandes. **Outras Infâncias... A Situação Social das Crianças atendidas numa Comissão de Proteção de Menores.** Centro de Estudos da Criança. Universidade do Minho, Braga, 2001.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes B. de. **Infância e Historicidade.** São Paulo: PUC/SP (Tese de Doutorado em Educação) Filosofia da Educação, 1989.